



d) Projeto Trama - Organização de Direitos Humanos Projeto Legal:

1. Michelle Gualdi, titular; e  
2. Carlos Nicodemos, suplente;  
e) Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Reprodutivos:  
1 Estela Márcia Rondina Scandola, titular; e  
2 Neusa Freira Dias, suplente;  
f) Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia - SODIREITOS:  
1 Marcel Theodoor Hazeu, titular; e  
2 Josenilda Santos Silva, suplente;  
g) Universidade Tiradentes - UNIT:  
1 Waldimeiry Corrêa da Silva, titular; e  
2 Maria Ione Vasconcelos Menezes, suplente;  
VI - representantes de cada um dos seguintes dos colegiados:  
a) Conselho Nacional de Assistência Social:  
1 Nilsia dos Santos, titular; e  
2 Thiago Ferreira Cabral, suplente;  
b) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente:  
1 Glícia Thaís Salmeron de Miranda, titular; e  
2 Andrea Franzini, suplente;  
c) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher:  
1 Maria das Dores do Rosário Almeida, titular; e  
2 Maria das Graças de Figueiredo Costa, suplente;  
d) Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo:  
1 José Armando Fraga Diniz Guerra, titular; e  
2 Alexandre Rodrigo Teixeira da Cunha Lyra, suplente;  
e) Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial:  
1. Eliane da Silva Souza, titular;  
f) Conselho Nacional de Imigração:  
1 Paulo Sérgio de Almeida, titular; e  
2 Rinaldo Gonçalves de Almeida, suplente;  
g) Conselho Nacional de Saúde:  
1 Veronica Lourenço da Silva, titular; e  
2 Fernanda Lou Sans Magano, suplente;  
h) Conselho Nacional de Segurança Pública:  
1 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, titular; e  
2 Massimiliano Russo, suplente;  
i) Conselho Nacional de Turismo:  
1 Adelino Silva Neto, titular; e  
2 Lídia Silva Nunes Azevedo, suplente;  
j) Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais:  
1 Maria Guilhermina da Cunha Salasario, titular; e  
2 Cristiano José Venceslau - Cris Stefanny, suplente;  
VII - representante indicado pelos Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e pelos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante:  
a) Juliana Felicidade Armede, titular; e  
b) Augusto Eduardo Moreira Valentim, suplente;  
VIII - representante indicado pelos Comitês Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD:  
a) Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo, titular; e  
b) Elaine Aparecida Godoy de Oliveira, suplente.  
Art. 2º A participação no CONATRAP será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

PORTARIA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA,  
Diretor Nacional do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/08/021 - "Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil", firmado com o PNUD e a ABC/MRE, no uso de atribuições legais e com fundamento no art. 17, III da Portaria MRE/GM nº 717, de 09 de dezembro de 2006; art. 6º, III, do Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004; bem assim a Portaria GM nº 197, de 31 de janeiro de 2012, e CONSIDERANDO a 2ª Revisão Substantiva do Acordo de Cooperação Técnica Internacional, celebrado entre a União Federal, através da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Executor Nacional) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, objeto do Processo nº 08802.023291/2008-46, BRA/08/021, resolve:  
Art. 1º Designar ROSANE CAVALHEIRO CRUZ, matrícula SIAPE Nº 2797816, para exercer a função de Coordenadora do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/08/021, em substituição a Bruno Scalco Franke.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 29 DE JANEIRO DE 2014

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída pelo inciso III, do art. 3º, da Portaria Ministerial nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 89 - Exonerar ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA LEITE do cargo de Coordenador da Coordenação-Geral de Gestão Processual da Comissão de Anistia, código DAS 101.3.

Nº 90 - Nomear CHARLES BRAGA MC DONALD DAVY para exercer o cargo de Coordenador de Procedimentos Licitatórios da Coordenação-Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva, código DAS 101.3, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída pelo inciso III, do art. 3º, da Portaria Ministerial nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 91 -Nomear o Delegado de Polícia Federal ARAQUEM ALENCAR TAVARES DE LIMA para exercer o cargo de Superintendente Regional de Polícia Federal no Estado do Acre do Departamento de Polícia Federal, código DAS 101.3, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

MARCIA PELEGRINI

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 7, DE 29 DE JANEIRO DE 2014

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria SEGEP/MP nº 1.329, de 2 de agosto de 2012, e considerando o disposto no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, que regulamentou o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda, considerando o disposto nos Ofícios-Circulares nºs 32, de 29 de dezembro de 2000, e 69, de 21 de dezembro de 2001, resolve prorrogar, pelo prazo de um ano, a seguinte cessão:

Nome	: EUGÊNIO DE OLIVEIRA FRAGA
Cargo	: Economista
Matrícula SIAPE	: 0161522
Origem	: Ministério da Justiça
Para	: Câmara dos Deputados
Função/Cargo	: Secretário Parlamentar, CD-CC-SP-19
Responsabilidade do ônus	: Órgão Cedente (previsto no art. 93, § 1º da Lei nº 8.112/90)
Vigência da última Portaria	: 22 de fevereiro de 2014
Processo	: 08001.000668/2004-91

Art. 1º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do servidor ao seu órgão de origem ao término da cessão.

Art. 2º A presente autorização da cessão cessará antes do seu término na hipótese de exoneração ou dispensa do cargo ou função de confiança, caso em que o órgão cessionário deverá providenciar imediatamente a apresentação do servidor ao órgão de origem.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência do servidor, mensalmente, ao órgão cedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALÉRIA GRILANDA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ

PORTARIA Nº 98, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR SUBSTITUTO DA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ - RN, no uso de suas atribuições previstas no art. 55, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional, aprovado pela Portaria Ministerial nº 674, de 20 de março de 2008 e com espeque no Parecer nº 192/2012/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU e Memorando nº 455/2012/SE/MJ, resolve:

Art. 1º Ficam convalidados os atos praticados pelo servidor JULIO CESAR GABRY TABOAS, matrícula SIAPE nº 1.552.521, CPF nº 781.376.595-87, no período de 09 a 15 de dezembro de 2013, relativamente ao cargo da Chefia da Divisão de Segurança e Disciplina da Penitenciária Federal em Mossoró-RN da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional, código DAS 101.2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON SOARES DE AZEVEDO

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 3, DE 22 DE JANEIRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 38-A, do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, alterado pelo Decreto nº 7.426, de 07 de janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º - Designar, consoante informação da Junta Comercial do Estado do Paraná/JUCEPAR, nos termos da mensagem eletrônica datada de 04 de dezembro de 2013 e da ata de reunião realizada na Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, de 22 de janeiro de 2014, o Senhor HAMILCAR PIZZATTO NETO, Leiloeiro Público Oficial, inscrito na JUCEPAR sob a matrícula nº 07/008-L, para operacionalizar leilão de bens judicialmente declarados perdidos em favor da União/Fundo Nacional Antidrogas-Funad, a ser levado a efeito no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 2.252, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIII e XVIII, do Artigo 32, do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 2.877 de 30.12.2011, publicada no Diário Oficial da União nº 1, de 2.1.2012, Seção I, pp. 36/44, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 672-DGP/DPF, de 10 de julho de 2002, publicada no DOU nº 132-E, de 11 de julho de 2002, a qual concedeu pensão Estatutária a NORMA JANETE DE SOUZA VALLE (companheira) do ex-servidor aposentado CYRO DE OLIVEIRA GONÇALVES, Agente de Polícia Federal, Classe Especial, tendo em vista a Decisão Judicial exarada nos autos do processo nº 0006603-18.2003.4.02.5101 (2003.51.01.006603-1) da 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Processo nº 08455.041428/2013-07).

MARCOS AURÉLIO PEREIRA DE MOURA

PORTARIA Nº 99, DE 20 DE JANEIRO DE 2014

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIII e XVIII, do Artigo 32, do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 2.877, de 30.12.2011, publicada no Diário Oficial da União nº 1, de 2.1.2012, Seção I, pp. 36/44, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 08433.004043/2003-37, 08430.034482/2011-12 e 08433.006582/2013-82, resolve:

SUSPENDER os efeitos da Portaria-DGP/DPF nº 1784, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 199, de 17 de outubro de 2011, que sustou o retorno à atividade de ERIGUE DA COSTA SILVEIRA, Agente de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula SIAPE nº 0179153, em face da antecipação de tutela deferida nos autos da Ação Ordinária nº 5005872-10.2011.404.7102/RS, e

MANTER aposentado o nominado servidor, com fundamento no artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, com proventos integrais e paridade correspondentes ao subsídio do cargo efetivo, de acordo com o artigo 38, alínea "a", da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965 c/c a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, tendo em vista a complementação do recolhimento previdenciário correspondente ao tempo ficto (20%), previsto na Lei nº 3.313/1957, anteriormente considerado e questionado pelo Tribunal de Contas da União, por ocasião dos Acórdãos 4726/2009 e 4763/2011 TCU 2ª Câmara.

DELANO CERQUEIRA BUNN

PORTARIA Nº 100, DE 20 DE JANEIRO DE 2014

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XIII e XVIII, do Artigo 32, do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 2.877, de 30.12.2011, publicada no Diário Oficial da União nº 1, de 2.1.2012, Seção I, pp. 36/44, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08385.001899/2014-26, resolve:

Conceder aposentadoria especial voluntária a JOSE ANTONIO NETO RAVEDUTTI, Matrícula SIAPE nº 0182661, ocupante do cargo de Agente de Polícia Federal, Classe Especial, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, com fundamento no artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, com proventos integrais e paridade correspondentes ao subsídio do cargo efetivo, de acordo com o artigo 38, alínea "a", da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965 c/c a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, declarando, em decorrência, a vacância do cargo.

DELANO CERQUEIRA BUNN